

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria e Acionistas da
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, (“Companhia” ou “CPP”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Parcerias - CPP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

3

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório

3

de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 14 de março de 2022.


Aderbal Alfonso Hoppe

Sócio

Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1



Governo do Estado de São Paulo
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Relatório da Administração 2021 – Companhia Paulista de Parcerias – CPP

A Companhia Paulista de Parcerias – CPP, sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, atua desde 2004 como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, com ações centradas, neste exercício de 2021, em três grupos de atividade: **(i)** Apoio ao Programa de Parcerias Público-Privadas; **(ii)** participação na Comissão de Acompanhamento de Contratos de Parcerias Público-Privadas, reformulada pelo Decreto nº 62.540, de 11 de abril de 2017; e **(iii)** apoio em operações financeiras de interesse da Administração.

No âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas, a CPP tem como propósito viabilizar a prestação de garantias à determinadas obrigações assumidas pelo Estado, por meio do penhor de ativos financeiros de sua titularidade, bem como participa diretamente, ou como representante da Secretaria da Fazenda e do Planejamento, nos Comitês de Análise Preliminar e nos Grupos de Trabalho constituídos pela Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas para análise das modelagens dos processos de concessão e/ou desestatização de ativos.

Na esfera da Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas (CAC-PPP), a Companhia integra órgão voltado ao acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas celebrados pelo Estado - por meio das informações prestadas pelas entidades responsáveis pelos referidos contratos - com vistas à avaliação de eventos ordinários e extraordinários havidos no curso da execução contratual que possam gerar impactos financeiros para a Companhia.

A Companhia também está autorizada a participar em operações financeiras estruturadas de interesse da Administração. Neste contexto, importante destacar que a Lei Estadual nº 17.293 de 15/10/2020 autorizou o Poder Executivo a ceder à CPP, a título oneroso e não oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa.

Destaca-se ainda que, numa companhia com as características de atuação da CPP, onde seus ativos, preponderantemente, são representados por aplicações financeiras que são utilizadas para garantir determinado número de contraprestações que o Estado tem junto às Concessionárias, é de fundamental importância que a gestão desta carteira de aplicações financeiras seja realizada de forma conservadora, de modo que a rentabilidade destes ativos tenham aderência aos compromissos assumidos. Nesse sentido, tais aplicações financeiras estão alocadas, principalmente, em fundos que aplicam em títulos que buscam rentabilidades aderentes às variações da Selic e Índices de Preços. Durante o exercício de 2021, por conta da pandemia e do agravamento da instabilidade política, tais ativos financeiros apresentaram grande volatilidade, principalmente os lastreados em índices de preços, o que ocasionou marcação a mercado negativa em determinados meses do ano. Tal efeito negativo foi compensado, em parte, pela diversificação realizada no segundo semestre através da operação de cessão de créditos junto a Desenvolve SP.



Governo do Estado de São Paulo
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

1. Detalhamento das atividades operacionais:

Este item atende ao inciso I, do Art. 8º da Lei nº 13.303/2016, demonstrando que as atividades desenvolvidas pela CPP estão em conformidade com os compromissos e metas estabelecidas na lei que autorizou sua criação:

(i) Apoio ao Programa de Parcerias Público-Privadas

A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) e, durante o ano de 2021, integrou os Comitês de Análise Preliminar e os Grupos de Trabalho nas modelagens dos projetos de concessão regidos pela Lei nº 11.079/2004 (Parceria Público-Privada) do Trem Intercidades da Secretaria de Transportes Metropolitanos, Lote Rodoanel Norte da Secretaria de Logística e Transportes, dos Presídios Estaduais da Secretaria de Administração Penitenciária, e das Escolas Integrais da Secretaria de Educação.

A CPP também apoia a atuação do Secretário da Fazenda e Planejamento no âmbito do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – CDPED e a participação da Secretaria da Fazenda e Planejamento nos Comitês de Análise Preliminar e nos Grupos de Trabalho constituídos no âmbito do Governo para análise e proposição das modelagens dos projetos de concessão regidos pela Lei nº 8.987/1995 (Concessão Comum) e/ou desestatização de ativos.

Em 2021, essa atuação, dentre outros, ocorreu nos seguintes projetos: Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Löfgren, Parques Urbanos Dr. Fernando Costa (Água Branca), Villa-Lobos e Candido Portinari, Parque Estadual Caminhos do Mar e Mosaico Paranapiacaba, da Fundação Parque Zoológico de São Paulo e do Instituto Jardim Botânico de São Paulo da Secretaria de Meio Ambiente, Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães (Complexo Ginásio do Ibirapuera) da Secretaria de Esporte Lazer e Juventude, concessão do Lote Litoral Paulista, Rodovias do Bloco Noroeste (5ª rodada), Travessias Litorâneas, Ligação Planalto – Santos (Linha Verde) e dos Aeroportos da Secretaria de Logística e Transportes, Linha 08 Diamante e 09 Esmeralda, Estrada de Ferro de Campos do Jordão da Secretaria de Transportes Metropolitanos, do Casarão Mello Franco e Casa das Retortas da Secretaria de Cultura, Centro Internacional de Tecnologia e Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e, por fim, Serviços de Loterias do Estado de São Paulo da Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas e da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

(i.1) Prestação de garantias



Governo do Estado de São Paulo
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Na condição de garantidora de determinadas obrigações assumidas pelo Estado a Companhia acompanha o desempenho e ajusta periodicamente os ativos segregados em relação às garantias prestadas no âmbito dos seguintes contratos de PPPs:

Linha 4 - Amarela do Metrô de SP – O contrato de concessão patrocinada para a realização de investimentos em sistemas e na aquisição do material rodante e a operação da linha pelo parceiro privado, foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos – STM e a Concessionária Via Quatro S.A. em 29 de novembro de 2006. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia a determinadas obrigações assumidas pelo Estado com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de cotas em penhor era de R\$ 68,3 milhões.

Linha 8 (Diamante) da CPTM – O contrato de concessão administrativa, com prazo de 20 anos, para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 – Diamante da CPTM foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos – STM, e a concessionária CTrens – Companhia de Manutenção em 19 de março de 2010. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia complementar à garantia oferecida pela CPTM, sem segregação de ativos. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R\$ 108,5 milhões.

Linha 6 (Laranja) do Metrô - O Contrato de concessão patrocinada firmado em 18 de dezembro de 2013 entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos – STM, e a Concessionária Move São Paulo S.A, previa a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento de material rodante, operação e conservação da linha que ligará Brasilândia a São Joaquim. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia equivalente a 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento e previsão de reposição ao Sistema de Arrecadação do Bilhete Único de mais duas contraprestações mensais. O Decreto nº 64.572, de 08/11/2019, prorrogou o prazo da caducidade da referida parceria público-privada contratada pelo Estado de São Paulo, estabelecendo seu início a partir de 09/02/2020. Em 06 de julho de 2020 foi assinado aditivo contratual transferindo a concessão para a Concessionária Linha Universidade S.A e em 05 de outubro do mesmo ano a caducidade foi revogada pelo Decreto nº 65.223/22. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de cotas em penhor era de R\$ 377,4 milhões e o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R\$ 124,8 milhões.

FURP: Planta de Produção de Medicamentos Américo Brasiliense – O contrato de concessão administrativa para desenvolvimento e produção de medicamentos genéricos na unidade fabril de Américo Brasiliense, com fornecimento de medicamentos à Secretaria Estadual da Saúde foi firmado entre a Fundação para o Remédio Popular “Chopin Tavares de Lima” (FURP) e a empresa CPM – Concessionária Paulista de Medicamentos S/A em 22 de agosto de 2013. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, calculadas de acordo com o volume de medicamentos fornecido, com penhor de quotas de fundo de investimento e, adicionalmente, a 3 contraprestações mensais, sem segregação de ativos. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de cotas em penhor



Governo do Estado de São Paulo
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

era de R\$ 48,03 milhões e o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R\$ 23,8 milhões.

Habitação – O contrato de concessão administrativa para implantação de Habitações de Interesse Social (HIS) e de Habitações de Mercado Popular (HMP) na região central da cidade de São Paulo – Lote 1 compreende: a construção de 3.683 unidades HIS e de 2.260 unidades de HMP, prestação dos serviços de apoio à gestão condominial, de apoio à gestão da carteira de mutuários, dos serviços de manutenção predial, dos trabalhos técnicos sociais de pré e pós-ocupação além da implantação de equipamentos comuns e melhorias urbanísticas. O contrato foi firmado pela Secretaria de Habitação com a empresa PPP Habitacional SP Lote 1 S.A. em 25 de março de 2015. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de cotas em penhor era de R\$ 43,25 milhões.

SIM da Baixada Santista – O contrato de concessão patrocinada para expansão, operação, fornecimento de sistemas, veículos e manutenção do Sistema Integrado Metropolitano (SIM) de transporte público intermunicipal por ônibus e VLT da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) foi assinado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM em 23 de junho de 2015 com a empresa BR Mobilidade Baixada Santista S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 meses para alguns componentes da contraprestação, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de cotas em penhor era de R\$ 19,74 milhões.

Complexos Hospitalares: Contratos de concessão administrativa para a construção, operação de serviços “Bata Cinza” e manutenção dos Complexos Hospitalares – Hospital Estadual de Sorocaba (Lote 1) e Hospitais de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher – HCRSM, em São Paulo (Lote 2), pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, para os Hospitais que já superaram a etapa preliminar e se encontram em pleno desenvolvimento (Sorocaba e São José dos Campos), a CPP presta garantia de 5 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de cotas em penhor era de R\$ 121,49 milhões.

(i.2) Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas

Durante o exercício de 2021, a Companhia participou e apoiou a Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas (CAC-PPP) à qual compete o acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas celebrados pelo Estado com vistas à identificação de eventos ordinários e extraordinários havidos no curso da execução contratual que possam gerar impactos financeiros para a Companhia.



Governo do Estado de São Paulo
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Neste âmbito, destaca-se a participação da CPP nas discussões que apoiaram a decisão do Poder Concedente no reequilíbrio contratual da Linha 4 do Metrô, no reequilíbrio contratual do Projeto Tamoios (com a incorporação e continuidade do trecho Contornos) e nos reequilíbrios contratuais dos Hospitais.

(i.3) Projetos especiais

Dentre as operações financeiras destaca-se a celebração do Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A em 25 de junho de 2021. O volume negociado entre as partes foi de R\$ 78,8 milhões. Trata-se da cessão de direitos creditórios originados de contratos de empréstimos e financiamento entre esta instituição e municípios do Estado. No período, a Desenvolve SP precisava de recursos frente à necessidade de prover crédito no contexto da pandemia de Covid-19. Para a CPP, a operação tem risco de crédito reduzido porque a carteira adquirida da Desenvolve SP tem como garantia a quota-parte de ICMS pertencente às Prefeituras.

Nova operação financeira foi celebrada em 28 de janeiro de 2022 tendo como objetivo liberar ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos contratos de financiamentos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo. Nesse caso, a CPP, na qualidade de interveniente-garantidora dos respectivos contratos, prestou garantias dando a totalidade das cotas do Fundo BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas do Fundo de Investimentos, inscrito no CNPJ sob o nº 11.451.205/0001-00, no valor de cerca de R\$ 60 milhões ao BNDES (correspondência na Nota Explicativa às Demonstrações financeiras nº 5.1 – Fundo BB Renda Fixa CPP LP (BB RF LP FIC FI). Esta operação, embora realizada em 2022, o que a posiciona como um evento subsequente à data de fechamento do balanço, foi trabalhada e negociada durante o exercício de 2021.

2. Atendimento aos requisitos de governança previstos no Estatuto jurídico das empresas estatais

Conforme previsto no Art. 9º do Decreto Nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, que regulamenta o Art. 8º do Estatuto jurídico das empresas estatais, as informações referentes ao cumprimento de políticas públicas, sustentabilidade financeira e governança corporativa foram incluídas neste Relatório de Administração que acompanha as Demonstrações Financeiras anuais, estando o Relatório Integrado previsto no inciso IX, do mesmo artigo, elaborado em documento autônomo e disponibilizado no portal Companhia.

i. Sustentabilidade financeira

Segue abaixo o saldo da posição de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021, sendo que tais aplicações se apresentam como principal lastro para os compromissos representados pelas garantias prestadas através de penhor de cotas ou fianças prestadas:



Governo do Estado de São Paulo
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Fundos de Investimentos e outros ativos financeiros	Ativos totais
BB RF LP FIC FI	56.779.418
CPP Projetos	864.465.843
BB REF DI TP FI LP	11.620.622
BB TESOURO SP II FI	114.285.809
BB CDB DI	189.563
FI R.F (Linha 4)	722.976.470
Aplicações financeiras, por tipo/fundo	1.770.317.725
Recebíveis - Desenvolve SP	69.376.615
Total	1.839.694.340

Abaixo, é apresentada a posição do comprometimento parcial dos ativos/aplicações financeiras, representado pelo penhor de cotas e fianças prestadas, na mesma data de 31 de dezembro de 2021:

Compromissos assumidos através de penhor de cotas e fianças prestadas (garantias corporativas)	Ativos Dados em Garantia	
	Segregados	Fianças (Garantia Corporativa) (*)
PPP Linha 4	68.344.822	-
PPP da FURP	48.030.650	23.800.000
PPP Linha 6	377.415.774	124.800.000
PPP Habitação Lote 1	43.251.892	-
contrato Hospital São José dos Campos	35.049.575	-
contrato Hospital Sorocaba	42.835.590	-
contrato Hospital Pérola Byington	43.606.978	-
PPP da RMBS - ônibus + VLT	19.742.233	-
Linha 8 (Diamante) da CPTM	-	108.500.000
Total	678.277.514	257.100.000

(*) Valores aproximados

Com base nas duas tabelas apresentadas acima, é possível verificar que a totalidade das aplicações financeiras é suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos nas garantias prestadas na forma de penhor de cotas de fundos e fianças prestadas, bem como para fazer frente aos custos e despesas operacionais e tributárias. Tal fato, evidencia a sustentabilidade financeira da CPP.

Resultado contábil e fiscal

O lucro líquido contábil apurado em 2021 foi de R\$ 76,743 milhões, apresentando um crescimento de 5,8% quando comparado com o lucro líquido contábil de R\$ 72,533 milhões apurado em 2020. Em que pese este crescimento verificado no lucro líquido contábil de 2021, o ambiente macroeconômico foi de um quadro de grande volatilidade no mercado de taxas de juros, o que acarretou marcação a mercado negativa nos títulos e valores mobiliários que compõem os fundos de investimento onde a CPP aplica suas disponibilidades. A operação de



Governo do Estado de São Paulo
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

cessão de créditos realizada com a Desenvolve SP contribuiu positivamente no resultado financeiro da CPP.

Em que pese o lucro societário apresentado, a CPP apresentou prejuízo fiscal de R\$ 16,580 milhões, motivado pela dedutibilidade fiscal dos Juros sobre Capital Próprio, os quais são calculados, de uma forma geral, aplicando-se a variação da TJLP (taxa de juros de Longo Prazo) sobre o saldo das contas do patrimônio líquido do exercício anterior. A TJLP apresentou em 2021 uma variação percentual acima da Selic, com taxa média praticada equivalente a 4,8% (4,87% em 2020), sendo que a Selic média de 2021 foi de 4,38% (2,75% em 2020).

ii. Governança Corporativa

Em matéria de Governança Corporativa, preliminarmente, devem ser consideradas todas as peculiaridades que envolvem a Companhia, notadamente: (1) Atividade de baixo risco operacional – centrada na gestão de aplicações financeiras que servem como lastro das garantias prestadas (art. 8º, Lei nº 11.079/04) no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo; (2) Estrutura enxuta, que atualmente conta com 9 (nove) colaboradores; e (3) Relação limitada com prestadores de serviços, estando restrita às funcionalidades da Companhia (ex. contabilidade, auditoria, plano de saúde). A necessidade de contemplar um sistema de controle interno adequado à estrutura enxuta da CPP é corroborada por órgãos normativos e reguladores, em especial pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio do Comunicado SDG N° 035/2015, que assevera que “O exercício do controle interno em cada caso também dependerá do porte e da complexidade inerentes à entidade.” e pelo próprio Decreto estadual N° 62.349, de 26 de dezembro de 2016, que regulamentou o Estatuto Jurídico das empresas estatais, estabelecido na Lei federal N° 13.303, de 30 de junho de 2016.

A CPP tem envidado esforços para se adequar às exigências da nova legislação relativa ao Estatuto Jurídico das empresas estatais, estabelecidas na Lei federal N° 13.303, de 30 de junho de 2016, tendo como meta o pleno cumprimento da regulamentação inicial, considerando determinadas ações já concluídas, quais sejam: (1) adequação do estatuto; (2) implantação de manuais de rotinas de procedimentos, regulamentos internos e código de conduta; (3) avaliação de administradores; entre outras. Por outro lado, as ações de regularização e atendimento à legislação de governança que ainda estão em andamento e devem ser conduzidas respeitando-se o princípio da economicidade em todas as suas soluções, não havendo superposição aos procedimentos já adotados na prestação de informações à sociedade e ao acionista controlador, veiculadas regularmente nos sítios governamentais.

(ii.1) Detalhamento da avaliação dos administradores

Em atendimento ao que dispõe o artigo 12 da Deliberação 04/2019 emitida pelo CODEC – Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo, segue resumo da avaliação dos administradores da CPP:



Governo do Estado de São Paulo
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Avaliação dos conselheiros de administração:		Média (1 a 4)
Enquanto órgão colegiado		3,35
Auto-Avaliação (individual de cada conselheiro)		3,63
Avaliação individual de cada conselheiro sobre os membros da Diretoria		3,35
Nota final atingida		3,44

Avaliação dos diretores:		Média (1 a 4)
Auto-Avaliação (individual de cada diretor)		3,54

Escala - atribuição de avaliação	Nota
Mudanças relevantes são necessárias	1,00 a 1,75
Algumas mudanças são necessárias	1,76 a 2,50
Satisfaz as expectativas legais e estatutárias	2,56 a 3,25
Supera as expectativas legais e estatutárias	3,26 a 4,00

A metodologia utilizada para avaliação exigida dos conselheiros de administração abordou os seguintes aspectos: **(A)** Avaliação enquanto órgão colegiado: (i) Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação; (ii) Contribuição para o resultado do exercício; (iii) Consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo; (iv) Funcionamento do Conselho de Administração; (v) Conhecimento técnico e da Companhia. **(B)** Auto-avaliação: (i) preparo e dedicação pessoal; (ii) postura nas reuniões do colegiado; (iii) aperfeiçoamento técnico; (iv) identificação de situações de conflito de interesses. **(C)** Avaliação dos membros da Diretoria: (i) Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação; (ii) Contribuição para o resultado do exercício; (iii) Consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo e; (iv) Interação com o Conselho de Administração.

A metodologia utilizada para avaliação exigida dos diretores contemplou auto-avaliações abordando os seguintes aspectos: (i) Nível de conhecimento sobre a missão, visão, valores, estratégia e planos de negócios da empresa; (ii) Formulação da estratégia de longo prazo com análise de riscos e oportunidades; (iii) Contribuição para a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo da Companhia; (iv) Postura nas reuniões de diretoria; (v) Prestação de informações acerca das questões relevantes ao Conselho de Administração, assim como de documentos e pareceres; (vi) Conhecimento e cumprimento de recomendações do Conselho Fiscal e auditorias.

3. Políticas implementadas:

(i) Distribuição de Dividendos

A política de Distribuição de Dividendos da Companhia está descrita na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis de nº 13.d.

(ii) Partes Relacionadas



Governo do Estado de São Paulo
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

A Política de Transações com Partes Relacionadas está fundamentada no seu elemento-chave, qual seja, a Comutatividade, que visa impedir a transferência indevida de resultados entre a Companhia e suas Partes Relacionadas. As relações existentes entre as Partes Relacionadas estão amparadas por atos administrativos e outros normativos legais.

Além da prestação de garantias prestadas às Concessionárias para garantir determinado número de contraprestações do Estado de São Paulo nos contratos de parcerias público-privadas, é importante destacar que foi firmado Contrato de Cessão de Crédito, sem direito de regresso, junto à Desenvolve SP, onde foi adquirida uma carteira de créditos concedidos para determinados municípios no valor total de R\$ 78,8 milhões. Destaca-se ainda, operação de garantia prestada através de penhor de cotas de fundo de investimento, para o Estado de São Paulo em determinados contratos de crédito junto ao BNDES, conforme informado na nota (1.i.3) Projetos Especiais.

(iii) Divulgação de Informações Relevantes

Respeitado o disposto no item 2.(ii) deste Relatório da Administração, a Companhia declara que procura divulgar adequadamente as informações julgadas relevantes: (1) sempre com base na necessidade de usuários externos e da sociedade em geral - precipuamente ao Estado de São Paulo: na relação existente entre Poder Concedente e Concessionárias, decorrente dos contratos de concessão em que a Companhia presta garantias, com a correspondente divulgação na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras - para fins de decisões de natureza econômica, em aderência às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores; (2) com confiabilidade e qualidade; (3) com homogeneidade e simultaneidade, na gestão dos negócios, fatos ou atos de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico, capazes de afetar valor da empresa ou influenciar a decisão dos acionistas ou a percepção da sociedade; (4) garantindo acesso às informações de caráter societário e de atos ou fatos relevantes a todos os agentes da sociedade, aos empregados, à imprensa e aos acionistas.

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2021 e 31 DE DEZEMBRO DE 2020


(Valores expressos em unidades de reais R\$)

ATIVO	N. Expl.	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	N. Expl.	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		1.198.540.602	652.048.490	CIRCULANTE		90.316.903	92.226.049
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.092.040.746	587.556.333	Contas a Pagar		180.893	174.365
Bancos		535	70	Obrigações Tributárias	12	782.332	886.272
Aplicações Financeiras		1.092.040.211	587.556.263	Obrigações Sociais e Trabalhistas		578.362	505.137
Direitos Realizáveis		106.499.856	64.492.157	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	11	88.434.116	90.660.275
Creditos a Receber		-	66.500	Provisões para Contingencias Fiscais	8	341.200	-
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	6	27.717.899	-				
Adiantamento a Funcionários		5.028	-				
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	63.950.456	55.236.482				
Imposto de renda e Contribuição Social - Diferidos	15	14.676.446	9.039.158				
Outros Créditos		27	17				
Despesas Antecipadas		150.000	150.000				
NÃO CIRCULANTE		722.682.727	1.282.775.024	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	1.830.906.426	1.842.597.465
Realizável a Longo Prazo		722.539.489	1.282.632.484	Capital Social		1.439.412.180	1.439.412.180
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	6	41.658.716	-	Reserva Legal		90.278.238	86.441.084
Depositos Judiciais	8	2.603.259	-	Reserva de Lucros		301.216.008	316.744.201
Fundo de Investimento em Garantia	9	678.277.514	1.282.632.484				
Investimentos	10	143.238	142.540				
TOTAL DO ATIVO		1.921.223.329	1.934.823.514	TOTAL DO PASSIVO E PATRIM LÍQUIDO		1.921.223.329	1.934.823.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP



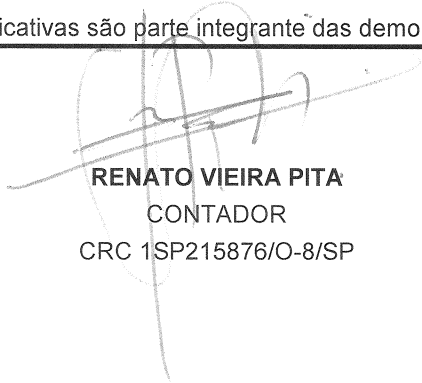
JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVA
DIRETOR
CPF: 055.182.368-24

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPPDEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	N. Expl.	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Administrativas		(9.310.243)	(8.765.245)
Honorários de administradores e salários	16	(4.096.570)	(3.737.500)
Publicação Legal	17	(103.431)	(94.313)
Serviços de terceiros	17	(594.325)	(606.732)
Despesas Gerais e Administrativas		(13.724)	(19.393)
Despesas Tributárias	18	(4.160.993)	(4.307.274)
Contingencias Judiciais	8	(341.200)	-
Depreciação e Amortização		-	(33)
Financeiras	14	80.171.452	72.242.189
Receitas financeiras		89.316.522	92.579.262
Despesas Financeiras		(9.147.971)	(20.362.286)
Dividendos e ou Juros sobre capital próprio		2.901	25.213
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		244.580	17.845
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		71.105.789	63.494.789
Apuração de Tributos		5.637.288	9.039.158
Imposto de Renda	15	4.145.065	6.646.440
Contribuição Social sobre o Lucro	15	1.492.223	2.392.718
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		76.743.077	72.533.947
LUCRO LIQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,05332	0,05039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP



JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVA
DIRETOR
CPF: 055.182.368-24

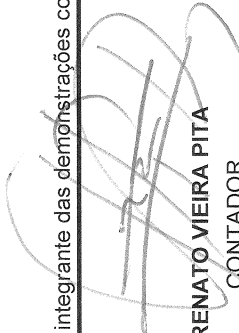
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>76.743.077</u>	<u>72.533.947</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>76.743.077</u>	<u>72.533.947</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP



JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVA
DIRETOR

CPF: 055.182.368-24

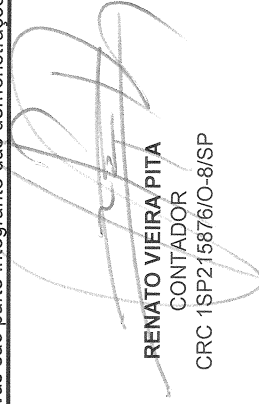
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	N. Expl.	Capital Integralizado	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros		
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020		1.439.412.180	82.814.387	338.497.226	-	1.860.723.793
Lucro líquido do período					72.533.947	72.533.947
Constituição de Reserva Legal			3.626.697		(3.626.697)	-
Destinações (na Forma de Juros s/ Capital Próprio):						
Juros Sobre o Capital Próprio				(21.753.025)	(90.660.275)	(90.660.275)
Transferência para Reserva de Lucros					21.753.025	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.439.412.180	86.441.084	316.744.201	-	1.842.597.465
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021		1.439.412.180	86.441.084	316.744.201	-	1.842.597.465
Lucro líquido do período					76.743.077	76.743.077
Constituição de Reserva Legal			3.837.154		(3.837.154)	-
Destinações (na Forma de Juros s/ Capital Próprio):						
Juros Sobre o Capital Próprio	11			(15.528.193)	(88.434.116)	(88.434.116)
Transferência para Reserva de Lucros					15.528.193	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	13	1.439.412.180	90.278.238	301.216.008	-	1.830.906.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP



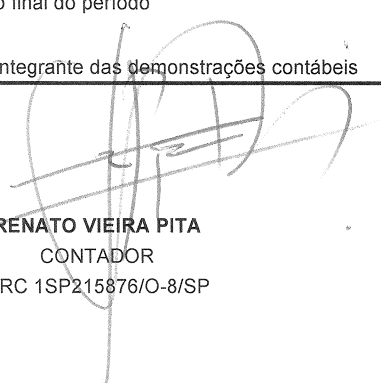
JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVA
DIRETOR
CPF: 055.182.368-24

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPPDEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	N. Expl.	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		76.743.077	72.533.947
Ajustes por :			
Depreciação		-	34
(Receitas) com Investimentos		-	(20.540)
(Receitas)/Perdas financeiras de longo prazo (líquidas, Investimentos em garantia)	9.1	(27.562.317)	(54.115.581)
(Receitas) financeiras de longo prazo (Recebíveis)	6	(6.996.634)	-
Variação monetária ativa de depósitos judiciais	8	(90.946)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO AJUSTADO		42.093.180	18.397.860
(Aumento) Redução em Recebíveis	6	(62.379.981)	-
(Aumento) Redução em Créditos a Receber		66.500	-
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários		(5.028)	12.307
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Recuperar/Diferidos		(14.351.262)	(16.359.402)
(Aumento) Redução em Outros Créditos		(10)	(7)
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	9.1	631.917.287	(20.499.623)
(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	8	(2.512.313)	-
(Aumento) Redução em Valores Mobiliários		-	9.347.085
(Aumento) Redução em Investimentos		(698)	-
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		6.529	598
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias		(103.941)	214.491
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas		73.225	128.959
Aumento (Redução) em Provisões p/ Contingencias Fiscais	8	341.200	-
		553.051.508	(27.155.592)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		595.144.688	(8.757.732)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento dos Juros Sobre Capital Próprio	11	(90.660.275)	(23.020.402)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(90.660.275)	(23.020.402)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		504.484.413	(31.778.134)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		587.556.333	619.334.467
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		1.092.040.746	587.556.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP



JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVA
DIRETOR
CPF: 055.182.368-24

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (alterada pela Lei Federal nº 11.638/2007), pela Lei Federal 13.303/16 e Lei Estadual nº 11.688/04.

A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu art. 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração.

Adicionalmente, a Lei Estadual nº 17.293 de 15/10/2020 autorizou o Poder Executivo a ceder à CPP, a título oneroso e não oneroso direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa.

2. BASE PARA A PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das SAs nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, assim como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14/03/2022, após revistas, discutidas e aprovadas pela diretoria da CPP.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em unidades de Real (R\$), exceto quando especificado, sendo esta a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos que podem divergir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial pelo qual foram marcadas a valor de mercado.

d) Demonstração do Resultado Abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC.

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício.

b) Instrumentos Financeiros

Apresentam as seguintes classificações em conformidade ao CPC 48: (i) ativos (ou passivos) financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, “VJR”; (ii) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, “VJORA” e; (iii) custo amortizado, no quadro a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Classificação CPC 48</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos financeiros:			
Caixa e Equivalentes de Caixa	VJR	1.092.040.746	587.556.333
Créditos a receber	Custo Amortizado	-	66.500
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	Custo Amortizado	69.376.615	-
Fundo de Investimentos em Garantia	VJR	678.277.514	1.282.632.484
Investimentos	Custo Amortizado, VJORA	143.238	142.540
		1.839.838.113	1.870.397.857
Passivos financeiros:			
Contas a Pagar	Custo Amortizado	180.893	174.365
Juros sobre Capital Próprio	Custo Amortizado	88.434.116	90.660.275
		88.615.009	90.834.640

A classificação dos instrumentos financeiros acima demonstrada foi feita com base (i) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Nesse sentido, a Companhia gerencia seus ativos financeiros de forma a preservar ou ampliar a sua capacidade de prestação de garantias e apoiar, respeitados os limites legais e normativos para sua atuação, projetos de interesse do Estado de São Paulo. Isto pode significar a opção quer pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou sua venda em mercado.

b.1) Cessão Recebíveis – Desenvolve SP: Os direitos decorrentes da aquisição dos recebíveis estão registrados pelo valor do principal, incorporando rendimentos auferidos até a data do balanço. O nível de risco desta operação - revisado anualmente - foi determinado fundamentalmente em face das garantias prestadas, caracterizando baixíssimo risco de inadimplência.

c) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Um ativo financeiro tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que estimativamente projeta-se um evento de perda, provocando um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, conforme preconizado nas regras estabelecidas no CPC 48.

A Companhia dispõe de elementos os quais configuram não haver indício de perda para seus ativos. Porém, eventuais mudanças abruptas na política monetária, de modo que os títulos públicos ou a Selic incorra em variações muito acima das previsões realizadas, podem trazer marcação a mercado negativa para determinados períodos.

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para o exercício corrente e comparativos, como segue:

Móveis e utensílios	10 anos
Softwares e Equipamentos de informática	5 anos

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f) Apuração do Resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado do período em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos

A somatória dos tributos correntes e diferidos representa a despesa (ou receita) com imposto de renda e contribuição social.

Correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social se baseia no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes, assim o tributo corrente é aquele a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação a períodos anteriores.

Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são, substancialmente, reconhecidos em

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ao final de cada exercício em função da probabilidade de que lucros futuros tributáveis tenham plenas condições de permitir a referida recuperação.

h) Distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio

Os dividendos devidos aos acionistas são reconhecidos como uma redução no Patrimônio Líquido assim como os juros sobre capital próprio.

4. IMPACTOS FINANCEIROS – COVID 19

Os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la foram percebidos a partir das oscilações derivadas substancialmente da variação dos títulos públicos e da taxa SELIC.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição:

<u>descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos	535	70
Aplicações Financeiras (*)	1.092.040.211	587.556.263
Total	1.092.040.746	587.556.333

(*) Relação das aplicações financeiras em fundos de investimento em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

<u>descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
BB RF LP FIC FI	56.779.418	53.813.351
CPP Projetos	254.533.151	412.279.583
BB REF DI TP FI LP	11.620.622	11.231.888
BB TESOIRO SP II FI	114.285.809	110.231.441
BB CDB DI	189.563	-
FI R.F Ag 1897 Cta 230836-3 (Linha 4)	654.631.648	-
(*) Composição das aplicações financeiras, por tipo/fundo	1.092.040.211	587.556.263

As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador com rentabilidade média equivalente a aproximadamente 99% do CDI.

5.1 FUNDO BB RENDA FICA CPP LP (BB RF LP FIC FI)

O Fundo BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas do Fundo de Investimentos, inscrito no CNPJ sob o nº 11.451.205/0001-00, de titularidade da Companhia, e que apresenta saldo aplicado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 56.779.418, foi integralmente vinculado aos Contratos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo. A operação foi formalizada por meio dos aditivos aos respectivos contratos, assinados em 28 de janeiro de 2022, tendo a CPP na qualidade de interveniente-garantidora, dando a totalidade das cotas em garantia às obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo naqueles contratos, liberando outros ativos de titularidade do

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Estado de São Paulo, vinculados até então aos respectivos contratos de financiamentos.

6. CESSÃO RECEBÍVEIS - DESENVOLVE SP

Em 25 de junho de 2021 foi firmado o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo (empresa que está sob o mesmo controle societário e, portanto, é Parte Relacionada), tendo por objeto a cessão e transferência onerosa, em caráter irrevogável e irretratável, sem qualquer espécie de coobrigação, da totalidade dos Recebíveis, oriundos de Contratos de Financiamentos firmados com determinados Municípios do Estado de São Paulo.

Todos os contratos objetos da cessão apresentam como garantia a possibilidade de execução da receita de cada município devedor, correspondente à cota-parte do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é transferida regularmente pelo governo do Estado de São Paulo. A liquidação financeira ocorreu em 12 de julho de 2021 pelo valor de R\$ 78.824.614, apresentando a seguinte movimentação financeira até 31 de dezembro de 2021:

<u>Carteira de Recebíveis</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Recebimentos</u>	<u>Receitas Financeiras</u>	<u>Transferências Curto/Longo</u>	<u>Saldo final</u>
Curto Prazo	-	34.331.672	(20.670.171)	4.225.538	9.830.860	27.717.899
Longo Prazo	-	44.492.942	-	6.996.634	(9.830.860)	41.658.716
Total da Carteira	-	78.824.614	- 20.670.171	11.222.172	-	69.376.615

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Os créditos de impostos e contribuições a recuperar estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2021, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2020:

<u>descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRPJ e CSLL a Restituir	32.191.057	-
Estimativas de CSLL não compensadas de exercícios anteriores	1.840.230	3.479.682
Estimativas de IRPJ não compensadas de exercícios anteriores	18.930.047	41.795.814
Estimativas de IRPJ não compensadas do exercício corrente	10.701.943	9.956.281
Outros Valores a Recuperar	287.179	4.705
Total	63.950.456	55.236.482

Em 28 de dezembro de 2021 foram protocolados junto à Receita Federal do Brasil pedidos de restituição de tributos correspondentes à integralidade das estimativas de IRPJ e CSLL não compensadas relativas aos exercícios de 2019 e 2020. O valor total atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 32.191.057.

8. DEPOSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal nº 5007551-67.2021.4.03.6182 movida pela União referente aos tributos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, acrescidos dos respectivos encargos, constituindo garantia mediante depósitos judiciais, realizados em 31 de maio de 2021 no valor total de R\$ 2.512.313, conforme relacionado abaixo:

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

descrição	Valor - R\$
Conta Judicial 00031861.4 - PIS	89.475
Conta Judicial 00031860.6 - COFINS	239.805
Conta Judicial 00031863.0 - CSLL	579.191
Conta Judicial 00031859.2 - IRPJ	1.603.842
Total constituído de Depósitos judiciais	2.512.313
Atualização monetária	90.946
Saldo Atualizado em 31/12/2021	2.603.259

Os tributos exigidos pelo fisco federal têm origem em compensações não homologadas de crédito proveniente de saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2009, sendo que, no enfrentamento desta questão a Companhia propôs ação judicial anulatória de créditos tributários visando comprovar que os respectivos tributos já foram quitados.

Os assessores jurídicos da Companhia entendem ser possível a chance de perda da Companhia na respectiva ação judicial em relação aos tributos CSLL e IRPJ. No entanto, classificam como provável a perda quanto aos tributos PIS e Cofins, razão pela qual foi constituída a referida provisão à conta de Provisão para Contingências Fiscais no valor total atualizado de R\$ 341.200.

9. GARANTIAS PRESTADAS

Em conformidade às disposições estatutárias, as quais mencionam que a companhia poderá prestar garantias reais e fidejussórias, segue demonstração das garantias constituídas:

9.1. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM GARANTIA – GARANTIAS JÁ CONSTITUÍDAS

Existem em 31 de dezembro de 2021 dois fundos de investimento vinculados a garantias dadas pela CPP para operações do Estado de São Paulo, os quais apresentaram a seguinte movimentação:

Movimentação das aplicações financeiras dadas em garantia aos contratos de PPP firmados pelo Estado de São Paulo (R\$ Unidade)						
recursos vinculados a garantias de contratos de PPP	Ref.	saldo inicial em 01/01/2021	novas garantias empenhadas/ (liberadas)	rendimento líquido	IR fonte	saldo final em 31/12/2021
fundo CPP Linha 4:						
PPP Linha 4	9.1.1	706.284.701	(640.042.306)	2.102.427	-	68.344.822
fundo CPP Projetos:						
PPP da FURP	9.1.2	46.282.936	-	2.011.004	(263.290)	48.030.650
PPP Linha 6	9.1.3	363.682.563	-	15.802.096	(2.068.885)	377.415.774
PPP Habitação Lote 1	9.1.4	35.570.609	6.156.288	1.762.090	(237.095)	43.251.892
contrato Hospital São José dos Campos	9.1.5	31.396.534	2.390.861	1.454.312	(192.132)	35.049.575
contrato Hospital Sorocaba	9.1.6	38.371.050	2.921.347	1.778.006	(234.813)	42.835.590
contrato Hospital Pérola Byington	9.1.7	42.020.230	-	1.825.789	(239.041)	43.606.978
PPP da RMBS - ônibus + VLT	9.1.8	19.023.861	-	826.593	(108.221)	19.742.233
		576.347.783	11.468.496	25.459.890	(3.343.477)	609.932.692
total de recursos vinculados		1.282.632.484	(628.573.810)	27.562.317	(3.343.477)	678.277.514
			Garantias		IR fonte	Soma
Efeitos financeiros nas contas da Companhia			628.573.810		3.343.477	631.917.287

(9.1.1) O primeiro é o Fundo de Investimentos CPP – Linha 4 - Renda Fixa – cujas quotas são de titularidade única e exclusiva da CPP – e foi constituído pela CPP para atender as obrigações previstas

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

no contrato de concessão patrocinada na Linha 4 do Metrô, assinado em 29 de novembro de 2006, decorrendo da assinatura de contrato de penhor em 22 de dezembro de 2006.

Trata-se da prestação de garantia solidária ao Estado na mitigação do risco de atraso de diferentes eventos relacionados à implementação do empreendimento, e no pagamento da contraprestação pecuniária. Estima-se que o valor do fundo – com movimentação contábil representada na linha **9.1.1** do quadro acima – deverá ser suficiente para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas respectivas datas em que possam ser exigidas. Nesse sentido, em 23 de março de 2021 foi firmado o Termo Aditivo nº 07 ao respectivo Contrato de Concessão, resultando no desbloqueio de 122.911.215 quotas dadas em garantia, equivalente à transferência para o caixa da Companhia no valor total de R\$ 640.042.306, em maio de 2021.

O segundo fundo existente, denominado Fundo de Investimento CPP Projetos, foi constituído em janeiro de 2013 com o objetivo de concentrar em um único fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. O valor total do fundo, contabilizado na rubrica dos investimentos dados em garantia, corresponde a R\$ 609.932.692 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 576.347.783 na data de 31 de dezembro de 2020), tendo sido realizadas formalmente desde então as seguintes segregações:

(9.1.2) Para garantir o equivalente a 6 (seis) parcelas da Contraprestação mensal, previstas no Contrato de Concessão Administrativa assinado em 22 de agosto de 2013 entre a Concessionária Paulista de Medicamentos S.A. (CPM) e a FURP, com interveniência do Estado de São Paulo e, na qualidade de Interviente Garantidora, da CPP, por meio do qual foi formalizado o Contrato de Penhor e Outras Avenças, assinado em 03 de fevereiro de 2014, entre a **FURP**, a CPP, a CPM e com a interveniência do Banco do Brasil S.A, estima-se que o valor do fundo, com sua movimentação apresentada no item **9.1.2** do quadro acima, deverá ser suficiente para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas respectivas datas em que possam ser exigidas.

(9.1.3) A segunda garantia constituída com base no referido fundo foi o penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos – apresentadas atualizadas no item **9.1.3** do quadro acima, contendo sua movimentação no primeiro semestre – a fim de garantir o pagamento mensal da contraprestação básica à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da **Linha 6** – Laranja do Metrô de São Paulo. Todavia, em 12 de dezembro de 2018 foi declarada a caducidade da respectiva parceria público-privada com a Concessionária Move São Paulo S.A por meio do Decreto 63.915, cujos efeitos, após prorrogações de prazo, se iniciariam 06 de outubro de 2020. Em 06 de julho de 2020, mediante aditivo contratual, a concessão foi transferida para Concessionária Linha Universidade S.A e em 05 de outubro do mesmo ano a caducidade foi revogada pelo Decreto nº 65.223.

(9.1.4) A terceira garantia constituída com base no Fundo CPP Projetos foi formalizada em setembro de 2015 e refere-se à chamada PPP da **Habitação**, apresentada atualizada no item **9.1.4** do quadro acima, contendo sua movimentação no exercício. A formalização das garantias constituídas na forma de penhor de cotas de fundo de investimento ocorreu em função das obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo, através da Secretaria de Habitação, estabelecidas no contrato de Concessão Administrativa para a implantação de habitações de interesse social e habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo, conforme Contrato de Concessão assinado em 23 de março de 2015.

(9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7) A quarta garantia (**Complexos Hospitalares**) – decorrente dos Contratos de Concessão Administrativa para a construção, operação de serviços “Bata Cinza” e manutenção dos Complexos Hospitalares – Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher – HCRSM (Pérola Byington), em São Paulo e Hospital Estadual de Sorocaba, pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e, respectivamente, a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e a Inova Saúde Sorocaba SPE S.A – foi

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

constituída com base no Fundo CPP Projetos em janeiro de 2016 e em março de 2020, para fazer frente ao valor correspondente a 5 (cinco) parcelas mensais da Contraprestação mensal (vigorando até a liquidação da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado) por cada contrato de concessão, identificada no quadro acima nos itens **9.1.5**, **9.1.6** e **9.1.7**, julgadas suficientes para cobrir as eventuais necessidades de desembolso nas datas em que possam ser exigidas.

(9.1.8) A quinta garantia - vinculada à PPP do Sistema Integrado Metropolitano – **SIM – da Baixada Santista**, que decorreu do contrato concessão patrocinada assinado em 23 de junho de 2015 entre Poder Concedente e BR Mobilidade Baixada Santista S.A. - SPE – foi constituída inicialmente em junho de 2016 para fazer frente ao valor correspondente a 6 (seis) parcelas mensais da Contraprestação mensal, vigorando até a liquidação da última parcela da Contraprestação devida pelo Estado, apresentando seus saldos e movimentações no item **9.1.8** do quadro acima.

9.2. GARANTIAS CONSTITUÍDAS SOB OUTRAS MODALIDADES

CTRENS:

Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 – Diamante da CPTM, com a CTRENS Companhia de Manutenção. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante aproximado de até R\$ 108,5 milhões. Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contragarantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010.

Demais Garantias corporativas, constituídas em caráter suplementar àquelas descritas no item 9.1 supra:

A companhia se compromete a manter ativos líquidos, exigíveis na hipótese do Poder Concedente persistir inadimplente nos contratos de PPP firmados, e não recompor as garantias reais, representadas pelos fundos de investimento constituídos para esta finalidade, descritos no item 9.1 supra.

A responsabilidade da companhia, em termos quantitativos, varia conforme proporção assumida nos respectivos contratos de concessão firmados, estando assim distribuídas entre seus signatários:

FURP: Até 3 (três) contraprestações básicas mensais, totalizadas em, aproximadamente, R\$ 23,8 milhões.

Linha 6: Até 2 (duas) contraprestações básicas mensais, totalizadas em, aproximadamente, R\$ 124,8 milhões.

10. INVESTIMENTOS – PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía as seguintes participações:

descrição	Qtdd. de ações	Tipo de ações	31/12/2021	31/12/2020
Desenvolve SP	20.000	Ordinárias	21.538	20.840
CPSEC	1.000	Ordinárias	121.700	121.700
Total de Investimentos			143.238	142.540

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

As participações societárias representam percentuais de participação inferiores a 2% do total do capital social das investidas, tendo ocorrido aumento de capital de R\$ 698 mediante capitalização de lucros no caso do investimento feito junto à Desenvolve SP.

11. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 88.434.116, resultante da movimentação ocorrida, como segue:

<u>descrição</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	90.660.275
Obrigações constituídas no período	88.434.116
Pagamentos efetuados no período (deliberado AGOE 28/04/2021)	(90.660.275)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	88.434.116

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

<u>descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRRF sobre folha de pagamento	130.943	150.438
PIS a recolher	91.047	103.474
COFINS a recolher	560.264	632.360
IRRF sobre PJ a recolher e outras retenções	78	-
Total	782.332	886.272

A contribuição ao PIS é calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS, à alíquota de 4%, conforme estabelece o Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015, aplicadas sobre uma base de cálculo constituída sobre as receitas financeiras auferidas mensalmente. Entretanto, quando incorrerem outros fatos geradores, aplicam-se sobre estes, respectivamente, alíquotas de 1,65% e 7,6%, segundo a legislação vigente.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social, participação acionária e Capital Autorizado.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.439.412.179,61, em moeda corrente nacional, equivalente a 1.439.412.179 ações ordinárias nominativas, sendo o Estado de São Paulo detentor de 1.439.412.161 ações ordinárias nominativas, e a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – Cosesp, com 18 ações ordinárias nominativas. O capital autorizado é de R\$ 2.263.840.482,00, conforme previsão estatutária.

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – Cosesp, ocorrida no dia 1º de outubro de 2021, deliberou pela sua dissolução e início do processo de liquidação da Companhia. Dessa forma, caso a Cosesp seja extinta, a Companhia passará a ter seu capital social integralmente detido pelo atual acionista controlador: Estado de São Paulo, tornando-se uma sociedade unipessoal.

b) Reserva Legal

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Representada pela aplicação de 5% sobre o lucro líquido apurado no encerramento do exercício corrente, antes de qualquer outra destinação, conforme preceitua o Art. 193 da Lei 6.404/76.

c) Reserva de Lucros

São reservas constituídas pela apropriação dos lucros da Companhia na forma prevista pelo § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76 para atender às finalidades e deliberações da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018 foi objeto de apontamento pela diretoria a avaliação de alternativas de aquisição de ativos de interesse do Estado ou investimento em projetos estratégicos, sem, no entanto, prejudicar o custeio operacional da CPP e os compromissos com prestação de garantias em contratos de PPP já assinados ou em fase de licitação, sendo deliberada, em razão disso, a manutenção da reserva de lucros existente, até ulterior deliberação. Registre-se dessa forma que referida reserva de lucros está destinada para, substancialmente, atender às demandas da Companhia, em especial a prestação de garantias.

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A política de distribuição de dividendos da Companhia Paulista de Parcerias – CPP tem se caracterizado pela distribuição de dividendos para seus acionistas à razão de 25% do lucro societário, apurado em consonância à legislação societária regente. Nesse contexto, dada a política tributária da Companhia de aproveitamento fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), apurado em conformidade às regras tributárias federais, historicamente a Companhia tem se utilizado da faculdade de imputar os JCPs aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, em conformidade à Deliberação CVM N° 683/2012, sempre mantendo a disposição dos acionistas o saldo restante, como uma obrigação presente, o qual se liquida normalmente por meio de capitalização, dentro do exercício social seguinte, observando-se também, neste contexto, a parcela financeiramente realizada do lucro apurado.

14. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro da Companhia é composto principalmente por operações de instrumentos financeiros e receita de aplicações financeiras, compostos da seguinte forma:

<u>descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	87.191.400	91.144.655
Outras receitas financeiras	2.125.122	1.434.607
Total de receitas financeiras	89.316.522	92.579.262
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	2.901	25.213
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	2.901	25.213
Perdas em aplicações financeiras (marcação a mercado)	(9.139.657)	(20.362.144)
Outras despesas financeiras	(8.314)	(142)
Total de despesas financeiras	(9.147.971)	(20.362.286)
Resultado financeiro líquido	80.171.452	72.242.189

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

As perdas em aplicações financeiras contabilizadas decorrem de marcação a mercado dos títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir, demonstrativo do cálculo do IRPJ e CSLL de janeiro a dezembro de 2021:

demonstração fatos geradores - IRPJ e CSLL e apuração	31/12/2021			31/12/2020		
	Resultados	IRPJ	CSLL	Resultados	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	71.105.789			63.494.789		
Despesa com Juros sobre Capital Próprio	-			(90.660.275)		
Resultado antes do IRPJ e CSLL ajustado	71.105.789			(27.165.486)		
Ajustes de natureza fiscal ao resultado contábil:						
Diferenças temporárias dedutíveis						
Adições definitivas indedutíveis	1.072.288			579.724		
(+) Subtotal (Adições ao Lucro)	1.072.288			579.724		
Exclusões não tributáveis	(88.758.335)			-		
(-) Subtotal (Exclusões ao Lucro)	(88.758.335)			-		
Subtotal	(16.580.258)			(26.585.762)		
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal	-			-		
Base de cálculo - resultado fiscal	(16.580.258)	4.145.065	1.492.223	(26.585.762)	6.646.440	2.392.718
Subtotais apuração tributária	(16.580.258)	4.145.065	1.492.223	(26.585.762)	6.646.440	2.392.718
(-) Deduções do imposto de renda devido						
Totais de apuração tributária	-	4.145.065	1.492.223	-	6.646.440	2.392.718

O prejuízo fiscal assim como a base de cálculo negativa de CSLL representam ativos fiscais cuja geração foi provocada, fundamentalmente, pela combinação da redução da rentabilidade das aplicações financeiras em função da queda da taxa SELIC e pela manutenção da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) – índice aplicado na apuração dos Juros sobre Capital Próprio - em patamar superior ao da SELIC.

Em relação aos tributos diferidos ativos, foram apurados no exercício o total de R\$ 5.637.288 em 31 de dezembro de 2021 (soma de R\$ 4.145.065 – IRPJ e R\$ 1.492.223 – CSLL) e R\$ 9.039.158 em 31 de dezembro de 2020 (soma de R\$ 6.646.440 – IRPJ e R\$ 2.392.718 – CSLL).

O total no ativo diferido em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 14.676.446 (em 31 de dezembro de 2020 o total do ativo diferido é de R\$ 9.039.158), o qual a Companhia espera realizá-los nos próximos 5 (cinco) anos, baseada na expectativa de recuperação do mercado financeiro, bem como em adoção de alternativas para maximizar os rendimentos financeiros, razão pela qual manteve sua classificação em curto prazo.

16. HONORÁRIOS DE ADMINISTRADORES E SALÁRIOS

Pessoal-chave da administração

Do montante de R\$ 4.096.570 (R\$ 3.737.500 em 31 de dezembro de 2020), relativos aos totais de honorários de administradores e salários, as remunerações do pessoal chave da administração da companhia, em 31 de dezembro de 2021, corresponderam aos seguintes valores:

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

<u>descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Honorários de diretoria	881.229	843.566
Bônus premio eventual - diretoria	366.386	260.712
Honorários de conselho de administração	427.816	427.816
Encargos sociais proporcionais	434.895	394.761
Total	2.110.326	1.926.855

Os créditos e/ou pagamentos efetuados seguiram as orientações do Parecer CODEC nº 057/2003 combinado com outras legislações pertinentes, as quais foram consolidadas por meio da Deliberação CODEC nº 001/2018, de 30/03/2018; restando respeitadas disposições legais societárias, em especial a do artigo 152, § 2º da Lei nº 6404/76.

Demais despesas

Além dos gastos com salários e respectivos encargos, integram o total de R\$ 4.096.570 despesas com contratações específicas, sendo que os valores das respectivas execuções contratuais são apresentados no quadro abaixo:

	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 30/09/2021	Correspondente ao:			Saldo em 31/12/2021
			trimestre atual			
execuções contratuais			out-21	nov-21	dez-21	
segurança e medicina do trabalho	3.460	3.465	45	-	45	3.555
assistência médica	219.108	200.469	24.030	23.528	23.905	271.932
vale refeição	54.835	43.645	4.915	8.105	5.841	62.506
totais	277.403	247.579	28.990	31.633	29.791	337.993

Sendo que as empresas contratadas foram, respectivamente: Alphamed Assistência Médica Ltda., Notre Dame Intermédica Saúde S.A e Ticket Serviços S.A.

17. SERVIÇOS DE TERCEIROS e PUBLICAÇÃO LEGAL

Os demais serviços adquiridos pela Companhia apresentaram a seguinte execução financeira dentro dos seus contratos firmados:

Relacionados à Publicação Legal:

	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 30/09/2021	Correspondente ao:			Saldo em 31/12/2021
			trimestre atual			
execuções contratuais			out-21	nov-21	dez-21	
publicação de matérias legais (DOESP)	84.201	76.921	-	2.535	9.030	88.486
preparação e publicação de matérias legais (outros)	10.112	13.655	1.290	-	-	14.945
total de Publicação legal	94.313	90.576	1.290	2.535	9.030	103.431

Sendo que as empresas contratadas foram, respectivamente: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP (atual denominação de Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A – IMESP) e Luz Publicidade SP Sul Ltda

Relacionados aos Serviços de Terceiros:

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

execuções contratuais	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 30/09/2021	Correspondente ao:			Saldo em 31/12/2021
			trimestre atual			
			out-21	nov-21	dez-21	
assessoria jurídica	14.000	50.000	-	-	-	50.000
escrituração contábil e fiscal	240.000	180.000	-	40.000	20.000	240.000
auditoria independente	55.921	5.130	-	-	5.130	10.260
seguro de responsabilidade civil D&O	150.000	112.500	12.500	12.500	12.500	150.000
agente de garantias	146.811	107.460	12.202	12.202	12.201	144.065
total de Serviços de terceiros	606.732	455.090	24.702	64.702	49.831	594.325

As empresas contratadas prestadoras de serviços durante 2021 foram respectivamente: Assessoria Jurídica (Vella, Pugliesi Buosi e Guidoni Advogados); Escrituração contábil e fiscal (RHPay Contadores Associados SS EPP); Auditoria Independente (Taticca Auditores Independentes S.S); Agente de garantias (Banco do Brasil S.A); Seguro de responsabilidade civil D&O (Berkley International do Brasil Seguros S.A.).

18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

As despesas tributárias referem-se principalmente a PIS e COFINS incidentes sobre a receita financeira:

descrição	31/12/2021	31/12/2020
PIS sobre receita financeira	580.920	602.182
COFINS sobre receita financeira	3.574.821	3.705.092
Outras despesas tributárias	5.252	-
Total	4.160.993	4.307.274

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A companhia é uma entidade não financeira cuja renda se caracteriza quase na sua totalidade de rendimentos financeiros auferidos por juros e dividendos, não gerando, portanto, resultados a partir de atividades que possam ser classificadas como tipicamente operacionais.

Parcela relevante dos ativos financeiros totais da companhia (53%) já está vinculada a garantias para pagamentos de obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo (Poder Concedente), decorrentes de contratos de parcerias público-privadas firmados com a iniciativa privada.

O desenvolvimento de suas atividades e, principalmente, sua capacidade de honrar as garantias prestadas depende, portanto, da performance dos seus ativos financeiros.

Riscos de crédito e de mercado

Os rendimentos financeiros constituídos de juros são creditados unicamente pelo Banco do Brasil S.A, instituição financeira de primeira linha. São decorrentes de ativos que possuem um perfil conservador, basicamente lastreados em títulos públicos federais no caso dos fundos de investimento financeiro. Podem, entretanto, ocorrer flutuações nas receitas em função das maturidades e rendimentos diferentes e da marcação a mercado dos ativos financeiros; mas o perfil das aplicações da CPP é conservador.

Além dos rendimentos auferidos a partir de fundos de investimentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 a Companhia auferiu receita financeira decorrente da aquisição junto à Desenvolve SP -

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Agência de Fomento do Estado de São Paulo de recebíveis oriundos de contratos de financiamentos firmados com Municípios do Estado de São Paulo, com risco de inadimplência bastante mitigado em função da existência de cláusula contratual de garantia, a qual possibilita a execução da receita de cada município devedor, correspondente à cota-parte do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é transferida regularmente pelo governo do Estado de São Paulo.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve outros eventos subsequentes significativos além do divulgado na Nota Explicativa 5.1, até a data da autorização para a emissão destas demonstrações financeiras, que pudessem causar efeitos significativos nas demonstrações financeiras.



RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP



JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVA
DIRETOR
CPF: 055.182.368-24



Governo do Estado de São Paulo
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Relatório Integrado 2021 – Companhia Paulista de Parcerias – CPP

- 1. GOVERNANÇA**
- 2. ESTRATÉGIA**
- 3. GERAÇÃO DE VALOR E DESEMPENHO**
- 4. PERSPECTIVAS**

INTRODUÇÃO

Este Relatório Integrado, em atendimento à Lei federal nº 13.303/2016, subscrito pelos membros da Diretoria da Companhia Paulista de Parcerias (“Companhia” ou “CPP”), é um relato conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto do seu ambiente externo, levam à geração de valor a curto, médio e longo prazo (conforme disposto no Parágrafo 1.1 da Orientação Técnica CPC 09, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

Os temas aqui incluídos são os minimamente requeridos legalmente, ressaltando-se os aspectos relacionados à governança da Companhia, considerada sua estrutura enxuta.

1. GOVERNANÇA

A CPP é uma sociedade por ações constituída em 2004, controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento.

A CPP é administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado responsável pela orientação estratégica da Companhia, e por uma Diretoria que exerce as suas funções, de modo a assegurar que o funcionamento da Companhia esteja alinhado aos objetivos traçados pelo Conselho.

Também compõem a estrutura de governança da Companhia o Conselho Fiscal e os seguintes Comitês: de Ética, e de Elegibilidade e Aconselhamento.

Mesmo diante das peculiaridades que envolvem a Companhia neste quesito, notadamente: (1) Atividade de baixo risco operacional – centrada na gestão de operações financeiras que servem de garantias (art. 8º, Lei nº 11.079/04) no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo; (2) Estrutura enxuta, que atualmente conta com 6 (seis) empregados; e (3) Relação limitada com prestadores de serviços, estando restrita às funcionalidades da Companhia (ex. contabilidade, auditoria, plano de saúde), pode-se afirmar que existe a devida geração de valor a curto, médio e longo prazo.



Governo do Estado de São Paulo
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

A necessidade de contemplar um sistema de controle interno adequado à estrutura enxuta da CPP é corroborada por órgãos normativos e reguladores, em especial pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio do Comunicado SDG N° 035/2015, que assevera que “O exercício do controle interno em cada caso também dependerá do porte e da complexidade inerentes à entidade.” e pelo próprio Decreto estadual N° 62.349, de 26 de dezembro de 2016, que regulamentou o Estatuto Jurídico das empresas estatais, estabelecido na Lei federal N° 13.303, de 30 de junho de 2016.

2. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIOS

A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), seu modelo de negócios pauta-se pela sua estratégia, assim definida:

- (1) Análise das diferentes alternativas e estruturação das garantias identificadas como necessárias aos projetos prioritários do governo, especialmente no caso das PPPs;
- (2) Continuidade às discussões que já vem sendo feitas com os bancos privados, bancos oficiais e agências multilaterais, grandes seguradoras e consultores de grandes projetos de infraestrutura no sentido de diversificar os formatos de oferta de garantias, explorar as possibilidades de co-garantias, a compra de garantias e definir o uso mais adequado dos ativos / fluxos / direitos do estado e/ou da CPP nessa estruturação;
- (3) Definição de políticas operacionais para a CPP e;
- (4) Apoio às demais ações de governo, incluindo a estruturação de novas modalidades de operações financeiras de interesse da Secretaria da Fazenda, garantias para diferentes projetos e colaboração com Partes Relacionadas, entre outros;
- (5) Bem como as demais atividades previstas no seu estatuto social.

3. GERAÇÃO DE VALOR E DESEMPENHO

Desde a sua criação em 2004, a Companhia vem atingindo seus objetivos com base nas estratégias vinculadas ao seu objeto social, agregando valor às políticas públicas do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, proporcionando ao Estado o apoio ao Programa de Parcerias Público-Privadas assim como o apoio em operações financeiras de interesse da Administração. Ao longo dos anos a atuação da companhia viabilizou projetos nas mais diversas áreas.

O desempenho financeiro da companhia é devidamente atestado nas suas Demonstrações Financeiras – geração de resultados (lucros auferidos) – e pela sua posição financeira, suficiente para o custeio das suas atividades operacionais, para a preservação da sua capacidade de prestação de garantias e para remunerar seus acionistas.

Importante destacar também que, em função da Companhia ser uma organização pertencente ao setor público, deve-se considerar – em primeiro plano - a consecução do interesse público



Governo do Estado de São Paulo
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

pela Companhia, com o pleno atendimento à política pública de apoio às Parcerias Públicas-Privadas, e – em segundo plano, mas não menos importante - a geração de resultados propriamente ditos (lucros auferidos pela Companhia).

4. PERSPECTIVAS

- Consolidar-se como permanente instrumento de garantias aos projetos de interesse do Estado de São Paulo;
- Auxiliar o Estado de São Paulo em estudos de concessão e parcerias público-privadas;
- Manter-se sempre como destaque e referência no seu mercado de atuação.

Aprovado pelo Conselho de Administração	Em 25/03/2022
--	---------------